Cloves Ferreira de Souza Filho

MECANISMOS DE OTIMIZAÇÃO DA
APLICABILIDADE DAS MEDIDAS
PROTETIVAS DE URGÊNCIA
PREVISTAS NA LEI MARIA DA PENHA

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Cloves Ferreira de Souza Filho

MECANISMOS DE OTIMIZAÇÃO DA APLICABILIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE
URGÊNCIA PREVISTAS NA LEI MARIA DA PENHA

1ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

1ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Souza Filho, Cloves Ferreira de
S719M MECANISMOS DE OTIMIZAÇÃO DA APLICABILIDADE DAS MEDIDAS
PROTETIVAS DE URGÊNCIA PREVISTAS NA LEI MARIA DA PENHA
/ Cloves Ferreira de Souza Filho. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2021

49 f.: il

DOI: 10.37423/2021.edcl286

ISBN: 978-65-89955-10-8

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. violência 2. desigualdade 3. proteção 4. mulher I. Souza Filho, Cloves Ferreira de II. Título

CDU: 15.81

<https://doi.org/10.37423/2021.edcl286>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

Dr. Anderson Reis de Sousa

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

Editora Conhecimento Livre

Piracanjuba-GO

2021

10.37423/2021.edcl286

Dedico este trabalho aos meus pais: Maria dasDores, Cloves Ferreira e minha irmã Mayara que sempre estiveram presentes na minha vida e principalmente dedico a minha mãe MARIA quefoi parte fundamental na minha vida e sempre me apoiou em meus estudos.

À professora, Auriluce Pereira Castilho, pela orientação e estímulos e dedicação durante todo o trabalho. Aos meus amigos: Daniel Silva Gonçalves, Danillo Reis da Mata, Ricardo Felix Pereira Filho, que me acompanharam e auxiliaram nesta jornada, diretamente e indiretamente na execução e conclusão deste trabalho. E a todos os meus colegas e familiares que me acompanharam e me apoiaram nesta jornada.

“A educação é ferramenta fundamental para a prevenção e erradicação da violência contra a mulher.”¹

Resumo: O presente trabalho tem como foco a análise dos mecanismos de otimização da aplicabilidade das medidas protetivas de urgência previstas na lei Maria da Penha. O presente trabalho versa sobre a problemática de: Quais mecanismos podem ser usados pelos Estados para otimizar a efetividade das medidas protetivas de urgência nos casos de violência doméstica e familiar? E para alcançar essa problemática traçou o objetivo primordial de uma abordagem jurídica e social da lei com o objetivo de compreender os direitos internacionais e constitucionais das Mulheres, apontando o atual âmbito penal os mecanismos de otimização das medidas protetivas de urgência presentes na Lei 11.340/2006, e levantar estudos e projetos de políticas públicas desenvolvidos para assegurar a aplicação das medidas protetivas de urgência. Justifica-se o presente trabalho pela inovação jurídica tratada, ao qual tem o escopo de otimizar as medidas protetivas de urgência, para abranger uma demanda maior de direitos fundamentais frente a Constituição Federal do Brasil. Nessa perspectiva o projeto traz como hipótese, descrever a importância dos instrumentos utilizados para a concretização das Medidas Protetivas de Urgência, bem como a importância das Políticas Públicas que vão além das leis no que tange o combate à violência contra a mulher. O trabalho é de natureza descritiva e bibliográfica, pois busca-se através dele analisar os Mecanismos de Otimização das Medidas Protetivas de Urgência. O método de abordagem é o dedutivo buscando a melhor forma de responder como seria possível potencializar a aplicação das Medidas Protetivas de Urgência no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, não só como tentativa de eliminar, mas também de evitar as agressões.

Palavras-Chave: Violência. Desigualdade. Proteção. Mulher.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. DIREITOS DA MULHER.....	9
2.1 DIREITO DA MULHER.....	9
2.2 DIREITOS DAS MULHERES PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DO BRASIL	10
2.3 DIREITOS INTERNACIONAIS DA MULHER.....	13
3. LEI MARIA DA PENHA.....	17
3.1 QUEM FOI MARIA DA PENHA.....	17
3.2 HISTÓRIA DA LEI MARIA DA PENHA	18
3.3. TIPOS DE VIOLÊNCIA	21
3.5. PROCEDIMENTOS LEGAIS DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA	26
3.6 CRIMINALIZAÇÃO DO DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA	28
3.6.1 LEGITIMIDADE- LEI.13.827/2019	28
4 MECANISMOS DE OTIMIZAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA	30
4.1 A CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA	30
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO À MULHER	33
4.3 MECANISMOS UTILIZADOS PARA OTIMIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS	34
4.3.1 PATRULHA MARIA DA PENHA	34
4.3.2 BOTÃO DO PÂNICO	35
4.3.3 APLICATIVO.....	35
4.3.4 USO DA TORNOZELEIRA ELETRÔNICA.....	37
4.3.5 REDE DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES	37
4.3.6 GRUPOS REFLEXIVOS	38
4.3.7 FORMULÁRIO NACIONAL DE RISCO E PROTEÇÃO À VIDA. (FRIDA)	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIA	43

1. INTRODUÇÃO

O atual trabalho tem por tema Mecanismos de Otimização da Aplicabilidade das Medidas Protetivas de Urgência previstas na Lei Maria da Penha. Abordando assim as medidas protetivas de urgência previstas na lei 11.340/20. Em razão do referido tema a pesquisa tem como problemática: Quais mecanismos podem ser usados pelos Estados para otimizar a efetividade das medidas protetivas de Urgência nos casos de violência doméstica e familiar?

A fim de alcançar a resposta tem-se como objetivo geral analisar de acordo com uma perspectiva jurídica e social, as formas que podem contribuir para a real concretude das medidas protetivas de urgência no contexto da Lei Maria da Penha.

Objetivar alcançar os objetivos específicos desenvolvem-se as seguintes etapas: compreender os direitos internacionais e constitucionais das Mulheres, apontando o atual âmbito penal os mecanismos de otimização das medidas protetivas de urgência presentes na Lei 11.340/2006, levantar estudos e projetos de políticas públicas desenvolvidos para assegurar a aplicação das medidas protetivas de urgência, levando em consideração o tema abordado no presente trabalho é notável a significativa atenção dada ao estudo do crime da violência contra a mulher, sendo algo que preocupa áreas do Direito e de outros campos acadêmicos tais como a sociologia, filosofia, antropologia e afins, que tentam justificar o comportamento do ser em sociedade.

O presente trabalho é justificado por tratar-se de uma visão ampla das medidas de urgência necessárias para aplicação efetiva da Lei 11.340/2006, visto que tal normalização é trabalhada de maneira sucintas pela comunidade acadêmica e em sua maioria não fundamentam de maneira clara o alto nível de necessidade das medidas de urgência e dos mecanismos de otimização da Lei. No mesmo sentido, o trabalho apresenta relevância acadêmica, social e jurídica, pois, expressa de maneira direta os conceitos dos mecanismos de otimização da aplicação das medidas protetivas na lei 11.340/2006, o que amplia o conhecimento do leitor sendo ele um estudioso da área ou mesmo alguém que possa vir a utilizar tais ferramentas no futuro.

Uma hipótese ao problema é de que as medidas protetivas de urgência no âmbito da violência doméstica, só serão realmente efetivas quando os projetos e políticas públicas que visam combater a violência for efetivamente otimizados como resposta rápida e eficiente ao crime, mecanismos como patrulha Maria da Penha, botão do pânico, aplicativos em geral, uso de tornozeleiras, redes de proteção, grupos reflexivos e outros que serão demonstrados durante o presente trabalho.

Faz-se necessário ainda dizer que o presente trabalho é de natureza descritiva e bibliográfica, pois busca-se através dele analisar meios que possam concretizar as medidas protetivas de urgência. O método de abordagem é o dedutivo que busca a melhor forma de responder como seria possível potencializar a aplicação das medidas protetivas de urgência no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, não só como tentativa de eliminar, mas também de evitar as agressões. E, além disso, a pesquisa fez uso de leituras e análise de artigos científicos buscando a melhor forma de responder como seria possível a potencialização da aplicação das medidas protetivas de urgência no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher.

O trabalho irá abordar três capítulos, sendo o primeiro uma abordagem das conquistas dos direitos das Mulheres na esfera internacional e no âmbito nacional positivados na Constituição da República Federativa do Brasil, o segundo capítulo abordará desde o histórico da violência doméstica, a criação da Lei Maria da Penha no Brasil, bem como as posteriores mudanças no ordenamento jurídico, por fim, o terceiro capítulo trará os Mecanismos criados através de políticas públicas com o escopo de otimizar a aplicação das medidas protetivas tornando-as mais efetiva.

2. DIREITOS DA MULHER

Nesse tópico será trabalhado as leis que fundamentam e formalizam os direitos da mulher dentro dos âmbitos nacionais e internacionais visando demonstrar a constitucionalidade empregada pela Constituição Federal de maneira ampla, bem como apresentar as conquistas de direitos adquiridos das mulheres na esfera internacional no que tange ao combate a toda e qualquer forma de violência doméstica e familiar.

2.1 DIREITO DA MULHER

A luta das mulheres pelos Direitos percorreu um longo caminho em busca de reconhecimento e concretização. Parte desta jornada se concentra em determinar de quem são e para quem são determinados os direitos humanos². A busca por direitos das mulheres se iniciou com os movimentos feministas, contudo somente após a segunda guerra mundial e com a criação dos Direitos Humanos, as mulheres foram tratadas de forma igual em direitos e deveres perante o homem.

Apesar da igualdade de gênero ser considerada um direito já adquirido, passaram-se muitos anos desde a Carta das Nações Unidas em 1945, e ainda hoje a bancada feminina tenta desenvolver estratégias de propaganda política para mulheres, a fim de inserir mulheres nas decisões governamentais, assim como nas organizações internacionais. Portanto, as questões de gênero não

estão incluídas de maneira clara na agenda global de Direitos Humanos. Não existia uma lei internacional que versasse sobre a proteção dos direitos da mulher, ou seja que tratasse de forma específica no combate à desigualdade entre homens e mulheres.

Foi somente em 1979 que as Nações Unidas aprovaram a “Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher” em resposta às constantes manifestações dos movimentos feministas, que foi um importante movimento para a conquista de direitos da mulher³. O objetivo desse projeto era buscar a erradicação de toda e qualquer forma de discriminação de Direitos entre homens e mulheres. Em 20 de dezembro 1993, através de um projeto sem votação as Nações Unidas criaram a resolução 48/104 denominada “Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher”⁴, seu principal objetivo era desenvolver uma resolução que se previne ou mesmo erradicar toda e qualquer violência contra mulher. Posteriormente foram criadas várias outras convenções de combate a violência e desigualdade tais como: “A Convenção Interamericana para Prevenir Punir e Erradicar a Violência contra Mulher” e “A Convenção Interamericana da Mulher” dentre outras que serão abordadas nos próximos tópicos.

2.2 DIREITOS DAS MULHERES PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DO BRASIL

Desde a Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, vários Direitos foram positivados, um deles, e um dos mais importantes da Constituição Federal de 1988, é o Artigo 1º inciso III “Dignidade da Pessoa Humana” por ser um princípio fundamental geral, e é um grande propulsor ao combate à desigualdade, e um grande alicerce no combate à violência contra a mulher, por proteger toda e qualquer violação de direitos.

(...) por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (...).(grifo do autor)⁵

Portanto, diante do exposto acima o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana é um princípio fundamental norteador para assegurar uma vida digna em sociedade, garantindo assim, a inviolabilidade de direitos preservando o mínimo existencial e proporcionando uma maior igualdade social. Vale ressaltar que o princípio da Dignidade da Pessoa Humana, não tem só por objetivo a igualdade social, mas também busca a proteção da sociedade em relação ao Estado, impossibilitando-

o de excessos e violações de direitos fundamentais. No que tange direitos fundamentais o Art. 5º da Constituição Federal de 1988 do Brasil determina:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição ⁶

O Artigo 5º caput. CF/88, traz uma perspectiva jurídica igualitária independente de raça, cor, religião ou sexo, estando este em consonância com o artigo 3º inciso IV. CF/88. “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Perante esse contexto torna-se todos iguais para quaisquer efeitos perante a lei, tendo estes os mesmos direitos e deveres jurídicos e sociais.

Já o Artigo 5º inciso “I” da Constituição Federal de 1988 do Brasil reforça a ideia de igualdade de gênero, onde cita a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres. Contudo é importante ressaltar que o termo “igualdade”, é constituído de duas ou mais ramificações conceituais, em suas formas gerais tem-se a igualdade: Formal, que busca apenas uma igualdade jurídica sem nenhuma discriminação, e a material que busca realmente a igualdade de modo geral ⁷. Nessa perspectiva podemos considerar o contexto material como sendo aquela que busca tratar de forma diferente os menos privilegiados e hipossuficientes, assim pode-se observar que para assegurar a real igualdade deve-se dar tratamento diferenciado a depender do caso.

Apesar do contexto de igualdade ser vinculados a diversas modificações legislativas, existem alguns direitos que ainda hoje têm tratamento diferenciado no ordenamento jurídico, como por exemplo, Homens e mulheres têm direitos trabalhistas desiguais tais como: “e o direito à licença-maternidade remunerada de até 120 dias” ⁸. Além do contexto de igualdade esses direitos têm por finalidade concretizar o tratamento isonômico e assegurar o princípio da dignidade da pessoa humana, para com as mulheres, ou seja, assegurando o mínimo existencial para uma vida digna.

A Constituição Federal de 1998, traz ainda os Direitos Previdenciários desiguais, no qual a mulher aposenta-se 5 (cinco) anos antes que os homens, de acordo com artigo 202 inciso I, por se tratar de um gênero mais vulnerável e precisa ter na ótica jurídica tratamento específico, como também é o caso do feminicídio presente no artigo 121 parágrafo segundo, inciso IV do Código Penal, que tem pena mais rigorosa que um homicídio de modo geral por se tratar de um crime específico e com base em gênero ⁹. No entanto, civilmente homens e mulheres são iguais e desfrutam dos mesmos direitos

e deveres sem discriminação alguma, salvo os casos específico citados acima dentre outros que dá tratamento desigual, mas, com escopo de garantir a isonomia.

Na Constituição Federal de 1988, vários Direitos Humanos foram positivados em decorrência do Art. 4º “A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: II - prevalência dos direitos humanos” ¹⁰ onde o Brasil se submete a cumprir tratados internacionais, artigos estes que tem grande importância para manter um equilíbrio na vida social e política das mulheres, tais como: art. 6 da Constituição Brasileira: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” ¹¹. Que além de assegurar os Direitos ao Trabalho, Saúde etc. traz em seu bojo a proteção à maternidade e a infância que é fundamental para manutenção da vida das mulheres, garantindo uma vida digna, principalmente para a vida das mulheres hipossuficiente.

Em relação a inclusão das mulheres no mercado de trabalho a Constituição Federal de 1988, trouxe em seu artigo 7º alguns direitos específicos em relação aos Direitos trabalhistas, onde concede licença as gestantes sem prejuízo do emprego e salário, traz a proteção do mercado de trabalho das mulheres e a proibição de diferenciação de salário entre homens e mulheres que exerçam a mesma função e de condição de admissibilidade por sexo, raça ou condição civil.

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de Admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. ¹²

Vale ressaltar que apesar do artigo 5 inciso I da Constituição Federal de 1988, traz explícito a igualdade entre homens e mulheres. Diferente do artigo: 226, §5º, § 7º e § 8º traz de forma específica a igualdade no poder pátrio, que antes só o homem era detentor do poder patriarcal. Tendo assim as decisões da vida conjugal e planejamento familiar exercida por ambos, cabendo ao Estado apenas o papel de proporcionar meios educacionais e científicos para a manutenção desses direitos e produzir meios para coibir a violência em tal âmbito.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações¹³

Vale salientar ainda que apesar da Constituição Federal de (1988), desde a sua promulgação, já ter positivado em seu artigo 5 inciso I a igualdade entre homens e mulheres, em que trouxe em seu bojo a igualdade social como princípio fundamental norteador para a erradicação da desigualdade de gênero, a cultura machista ainda permaneceu na sociedade.

O poder patriarcal do homem só veio a ser revogado no código civil em 2002, Art. 233, que dizia: “o marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos”¹⁴, que posteriormente passou a vigorar o artigo 1.566 do Código Civil, colocando ambos os cônjuges em igualdade de direitos e deveres. Observando esse âmbito, “São deveres de ambos os cônjuges: I - fidelidade recíproca; II - vida em comum, no domicílio conjugal; III - mútua assistência; IV - sustento, guarda e educação dos filhos; V - respeito e consideração mútuos”¹⁵. Com a revogação do artigo 233 do código civil de 1916, e a inclusão do artigo 1.566, código de 2002, colocou o casal com responsabilidade recíproca, tendo os dois iguais direito em relação a vida conjugal e sobre os filhos de maneira mútua, aproximando do conceito do artigo 5 inciso I da Constituição Federal (1988) que tem por escopo a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Sendo esse o âmbito nacional, no próximo tópico será demonstrado um pouco sobre o âmbito internacional.

2.3 DIREITOS INTERNACIONAIS DA MULHER

Após a segunda guerra mundial como já citado, criou-se a declaração dos Direitos humanos em 1948, como forma de positivar valores universais, tendo como norte a dignidade da pessoa humana, até então não positivado internacionalmente, tendo por finalidade evitar uma nova violação de direitos, ocorridos durante a segunda guerra mundial.

Até a fundação das Nações Unidas, em 1945, não era seguro afirmar que houvesse, em direito internacional público, preocupação consciente e organizada sobre o tema dos direitos humanos. De longa data, alguns tratados avulsos cuidaram, incidentalmente, de proteger certas minorias dentro do

contexto da sucessão de Estados. Usava-se, por igual, do termo intervenção humanitária para conceituar, sobretudo ao longo do século XIX, as incursões militares que determinadas potências entendiam de empreender em território alheio, à vista de tumultos internos, e a pretexto de proteger a vida e o patrimônio de seus nacionais que ali se encontrassem.¹⁶

Contudo, Direitos Humanos sempre foi uma lei universal e em seu Artigo. 2.1 estabelece que não pode ter desigualdade de direitos independente de raça, cor, sexo, idioma, religião, mas a lei não tinha um aparato legal específico para combater a violência contra as mulheres¹⁷. Apesar de versar a igualdade de todos perante a lei, ainda ficava uma lacuna em relação ao combate a violência e discriminação contra as mulheres, como pode ser observado nos seguintes artigos dos Direitos Humanos:

Artigo. I. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo II. 1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Artigo. VII. Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.¹⁸

Só em 1975 em decorrência dos movimentos feministas, e as decorrentes lutas, e movimentos em busca de direitos que foi declarado o dia internacional da mulher, e conseqüentemente em 1979 as Nações Unidas aprovaram a “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher”¹⁹ contendo 30 artigos, positivando os direitos fundamentais básicos da mulher, tomando por norte os princípios da igualdade, fraternidade e principalmente no princípio da dignidade da pessoa humana, já positivados na declaração universal dos direitos humanos, buscando assim tratamento igualitário entre homens e mulheres sem qualquer hierarquia, trazendo em seu artigo 1º o conceito de “ discriminação” como:

Para fins da presente Convenção, a expressão ‘discriminação contra a mulher’ significará toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo²⁰.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher foi a primeira a abordar amplamente sobre os direitos humanos das mulheres, que tem por objetivo principal: “Promover os direitos da mulher na busca da igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações

contra a mulher nos Estados-parte”²¹. Ou seja, a convenção não busca apenas a igual de direitos, mas também exige que os estados crie mecanismos de combate e erradicação de toda e qualquer forma de discriminação em desfavor as mulheres, onde os Estados se comprometem a cumprir medidas tais como: O estado se compromete em criar medidas para efetivar os avanços das mulheres; Os Estados-parte se comprometem a erradicar as discriminações na vida pública e política das mulheres.

incluem provisões sobre a participação nos tratados, procedimentos para revisão e designam a Secretaria Geral das Nações Unidas como depositária”; e no, ressalta a possibilita aos Estados-parte a aceitarem a Convenção com reservas, por fim o, “referem-se a conflitos de interpretação do texto da Convenção, bem como a providências no que se refere à autenticidade de tais textos nas seis línguas oficiais da ONU: árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol”²²

Apesar de ser um protocolo facultativo em relação às regras acima mencionadas a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher de 1979, foi um grande avanço no tocante aos direitos da mulher, por abranger vários direitos em específico e obrigando estados membros a cumpri-los, servindo-se de embasamento para a criação de vários outros mecanismos de proteção à mulher presentes em vários países. Existem várias convenções que versão sobre os direitos internacionais das mulheres, para Spinola as 5 principais, são:

A CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher): Essa foi a primeira Convenção internacional das nações unidas, a mesma ocorreu em 1975 na cidade do México, o principal objetivo é confrontar de maneira direta toda e qualquer forma de violência cultural e histórica contra a mulher, que tem como escopo garantir a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

A convenção CEDAW, relembra em seu preâmbulo que a discriminação com base no gênero viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade da pessoa humana, constituindo um obstáculo ao aumento do bem estar na sociedade e na família e dificulta o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher para prestar serviços ao seu país e a humanidade, além de observar que, em situações de pobreza a mulher tem acesso mínimo a alimentação, à saúde, à educação, à capacitação e as oportunidades de emprego²³.

Outro importante direito internacional criado foi o COMITÊ CEDAW (Comitê sobre a eliminação da discriminação contra a mulher e suas atribuições): Tem por objetivo analisar todos os relatórios dos Estados partes que aderiram e confirmaram a convenção conforme artigo 24 da (CEDAW) comprometendo estes a apresentar relatórios de todas as medidas tomadas pelo Estado para erradicar a discriminação contra a mulher e os meios que foram utilizados para quebrar o paradigma

cultural da violência, assim como apresentar os projetos a fim de quebrar as barreiras sociais, econômicas, políticas etc.

A Declaração das Nações Unidas sobre a eliminação da violência contra mulher foi outra grande conquista no tocant²⁴e ao combate a violência contra mulher: Essa declaração é totalmente baseada na convenção CEDAW, contudo a mesma demonstra de maneira expressa a base eliminatória da violência física, psicologia, sexual e qualquer ato de privação de liberdade contra mulher.

A Comissão interamericana de Mulheres também outra grande base no tocante ao combate a qualquer forma de discriminação contra a mulher que: Mediante um acordo com o Conselho permanente da Organização dos Estados Americanos, tem como finalidade assegurar os direitos das Mulheres e dar suporte aos Estados . Garantindo-os integral acesso aos direitos Civis, econômicos, sociais, políticos e culturais, assim, os Estados membros se comprometem a apresentar relatórios anualmente das medidas que foram tomadas para eliminar a violência contra as mulheres bem como toda forma de discriminação conforme previsto no artigo 91, “f” e 127 da Carta da Organização dos Estados Americanos, como uma forma de apontar os meios tomados para atingir os objetivos da comissão interamericana de mulheres.

Por fim, a Convenção de Belém do Pará: Assim conhecida popularmente, já tipifica as condutas consideradas como violência de gênero que abrange tanto no âmbito público como privado, no artigo primeiro cita como violência contra Mulher tais atos: “que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher” e em seu Artigo 2 traz uma extensão da violência física, psicológica e sexual onde aduz o seguinte contexto:

Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica: a. ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual; b. ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e c. perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra ²⁵

Conclui-se então, que os Estados membros se comprometem a manter todos os objetivos da convenção, e caso não cumpram, os Estados membros serão punidos e obrigados a cumprir com as medidas de combate a violência doméstica e familiar, como aconteceu no Brasil, que foi penalizado e

obrigado a criar leis de combate a violência contra a Mulher assim surgindo a Lei Maria da Penha, tema que será abordado no próximo capítulo.

3. LEI MARIA DA PENHA

Esse tópico visa demonstrar o processo de criação e uso da lei Maria da Penha a frente da proteção dos direitos da mulher. Busca-se explanar sobre o histórico de violência advinda de séculos e definir de maneira clara como foi feita a instauração da lei e quais os tipos de violência estagnadas ao seu uso e suas formas de aplicação.

3.1 QUEM FOI MARIA DA PENHA

Maria da Penha é uma sobrevivente de inúmeras agressões doméstica, que, atualmente lidera grupos sociais em combate a violência doméstica, ao longo do seu casamento sofreu várias agressões, que, começaram verbalmente, mas foram se tornando cada vez piores, ao ponto de ficar paraplégica, fato resultante de um tiro disparado pelo marido enquanto ela dormia, com o intuito de retirar a vida da mesma, mas sem êxito, na data do fato ele chegou a auto lesionar-se e alegar que o casal tinha sido vítimas de um assalto ²⁶. Quando Maria da Penha saiu do hospital e voltou a sua residência, houve uma nova tentativa de homicídio contra a vítima, onde a mesma resolveu denunciá-lo, mas apesar da gravidade da situação, o fato perdurou durante 19 anos e 6 meses na justiça e o autor do crime encontrava-se em liberdade.

Diante da impunidade, a vítima recorreu junto ao “Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL-Brasil) e ao Comitê Latino-americano do Caribe (CLADEM- Brasil)” e enviaram à Comissão Interna de Direitos Humanos (OEA) referente ao descaso da justiça brasileira diante das violências sofridas por ela, e diante de explícita violação de direitos fundamentais ²⁷.

Em Face da inércia do Brasil perante às agressões, a Comissão Internacional de Direitos Humanos puniu o Brasil devido a “negligência”, “omissão” e “tolerância” das agressões sofridas pela Maria da Penha, e a falta de leis e mecanismos para combater a violência doméstica.

Punição essas que foram: “Finalizar o processo penal do responsável pela agressão a Maria da Penha.”²⁸, “Proceder a uma investigação a fim de determinar a responsabilidade pelas irregularidades e atrasos injustificado no processo, bem como tomar as medidas administrativas, legislativa e judiciárias correspondentes.”, “Reparação simbólicas e materiais por parte do Estado Brasileiro a Penha, diante da demora na resposta judicial.” E “Adoção de políticas voltadas à prevenção, punição

e erradicação da violência contra a mulher.”²⁹ diante de tais punições o Brasil foi obrigado a criar métodos para lutar a favor dos direitos das mulheres e erradicar a violência doméstica e familiar.

Que resultou na criação da lei 11.340/2006. Que foi a primeira lei de proteção às mulheres no Brasil, conhecida como: “Lei Maria da Penha” em homenagem a mesma, pela luta incessante por justiça, que diante da criação da lei, Maria da Penha Maia Fernandes, afirmou o seguinte:

Com a criação da Lei Maria da Penha senti-me recompensada por todos os momentos nos quais, mesmo morrendo de vergonha, expunha a minha indignação e pedia justiça, para que meu caso, e tantos outros, não fossem esquecidos. Hoje sou presidente do Instituto Maria da Penha, e minha vida dedico a essa luta de identificar as demandas feministas, contribuir e efetivar ações estratégicas para a consolidação das propostas da Lei Maria da Penha, ou seja, inibir, punir e erradicar toda e qualquer violência praticada contra a mulher, garantindo, desse modo, o respeito, a dignidade, o direito e a justiça a mulher em situação de violência doméstica ³⁰.

Para compreender melhor a dimensão histórica do processo de desenvolvimento dessa lei, o próximo tópico trará uma visão geral da relação entre a criação da lei 11.340/2006 e a dimensão da violência física, psicológica e moral relacionada ao gênero feminino antes da lei ser criada.

3.2 HISTÓRIA DA LEI MARIA DA PENHA

A lei Maria da Penha visa combater e eliminar toda forma de violência contra mulher, traz não só penas mais rigorosas, mas também assistência às mulheres vítimas de agressão. Assistências essas elencada do artigo 8 ao 12 com intuito de amenizar os efeitos das agressões e assegurar os direitos fundamentais da mulher, bem com garantir a justiça e a condenação do agressor ³¹. Em suma essa lei foi uma resposta do Estado Brasileiro após uma condenação do mesmo, por violação de direitos fundamentais, e inércia em relação ao enfrentamento à violência doméstica e familiar ³². Pode-se dizer então que o escopo visava criar mecanismos para garantir a inclusão da mulher na sociedade e garantir pleno exercício de seus direitos, como também punir quem os violar.

Apesar da violência contra mulher ser um assunto preocupante nos dias atuais, não é um assunto recente e sim um problema que existe há séculos e se arrasta até os dias atuais, arraigado a sociedade contemporânea. Sociedade essa ainda carregada de uma cultura machista, onde as mulheres se sentem totalmente dependente de seus parceiros tanto economicamente quanto sentimentalmente, esses fatos se tornam ainda mais impactantes através das falas de Saffioti logo abaixo.

O poder familiar do homem prevalecia sobre tudo, mesmo que, para manter esse “poder” sobre a família tenha que resultar em agressões, culturas essas passada de geração em geração, onde infelizmente pode se ver nos dias atuais

uma desigualdade e resistência da sociedade em relação a mulher, resistência essa não só da sociedade masculina mas também da própria sociedade feminina. Como pode se observar a violência contra mulher tem a ver com uma violência de gênero resultado de um fator histórico ³³.

Na fala de Saffioti, também pode-se notar o posicionamento da mulher perante o homem, sequer era vista como um ser capaz de ter capacidade cognitiva, haja vista que na época era vista como inferior ao homem e só vivia para servir e ter relações carnavais.

A primeira base de sustentação da ideologia de hierarquização masculina em relação à mulher, e sua consequente subordinação, possui cerca de 2.500 (dois mil e quinhentos) anos, através do filósofo helenista Filon de Alexandria, que propagou sua tese baseado nas concepções de Platão, que defendia a ideia de que a mulher pouco possuía capacidade de raciocínio, além de ter alma inferior à do homem. Ideias, estas, que transformaram a mulher na figura repleta de futilidades, vaidades, relacionada tão-somente aos aspectos carnavais ³⁴.

Era reforçada ainda a presença do poder que o homem exercia sobre a mulher, que as mesmas eram consideradas meros objetos, ou seja, essa desigualdade entre homens e mulheres existe a século é uma questão antropológica, mas o pensamento do filósofo Aristóteles na época contribuiu muito para reforçar e perpetuar até os dias atuais a cultura machista e a desigualdade social entre homens e mulheres.

Aristóteles também explanou algumas ideias acerca desse contexto. Ele posicionou o homem com superioridade e divindade em relação à mulher, já que está se compunha como um ser emocional, desviado do tipo humano. Assim, a alma tem domínio sobre o corpo; a razão sobre a emoção; o masculino sobre o feminino ³⁵.

Observa-se então que a discriminação da mulher e a soberania do homem vem desde a Grécia onde o homem tinha poder exclusivo sobre a mulher, e a mulher era excluída da sociedade e de seus direitos. Em Roma a situação não era tão diferente a mulher era equipada a escravos e tinha como uma das utilidades a procriação, elas nunca foram consideradas cidadãs e, portanto, não podiam exercer cargos públicos.

Vale ressaltar que nesse mesmo período a religião também foi um grande propulsor para essa desigualdade social entre homens e mulheres, nessa época a mulher tinha apenas duas escolhas, se casar com um homem escolhido pela família ou ir para o convento. A igreja também tinha um papel político na sociedade, onde ensinava as moças como se vestir, portar-se em sociedade e principalmente como deveria tratar seus futuros maridos e que a mulher devia se submeter a obediência masculina e caso não se casassem era motivo de grande desonra para sua família.

Então os espancamentos e maus tratos era visto como coisas normais, porque se a mulher desobedecesse ao seu marido ele podia puni-la, bem como matá-la caso ela cometesse adultério, na época era justificado como punição e o homem estaria apenas defendendo sua honra perante a sociedade³⁶. Nesse mesmo período as mulheres eram privadas de conhecimentos ou seja: as mulheres não tinha o direito de estudar e eram doutrinadas a se sentirem como objetos e se sentirem felizes.

O *kurios*, a força do esperma para gerar uma nova vida, era o aspecto corpóreo microcósmico da força deliberativa do cidadão, do seu poder racional superior e do seu direito de governar. O esperma, em outras palavras, era como que a essência do cidadão. Por outro lado, Aristóteles usava o adjetivo *akurios* para descrever a falta de autoridade política, ou legitimidade, e a falta de capacidade biológica, incapacidade que para ele definia a mulher. Ela era, como o menino, em termos políticos e biológicos uma versão impotente do homem, um *arren agonos*²⁹³⁷.

Desde então a violência doméstica atual é o reflexo cultural e antropológico das antigas civilizações, que colocava a mulher como um ser vazio e excluído da sociedade, sem direitos e sem valor algum, muita das vezes equiparadas ou até menos valorada que animais e escravos. Um dos maiores fatores da perpetuação desse paradigma social de violência doméstica contemporâneo e a dependência econômica do agressor onde muitas das vezes as mulheres se submetem a serem submissa e agredida por não ter uma dependência econômica³⁸. Esse paradigma social só começou a ser quebrado mesmo que de forma moderada, no final do XIX, com a conquista do direito do trabalho dando às mulheres uma sensação de liberdade mesmo que ainda pequena, mas depois da conquista ao direito ao trabalho as mulheres começaram a cobrar cada vez mais seus direitos e igualdade social.

O modelo familiar da época era hierarquizado pelo homem, sendo que desenvolvia um papel paternalista de mando e poder, exigindo uma postura de submissão da mulher e dos filhos. Esse modelo veio à sofrer modificações a partir da Revolução Industrial, quando as mulheres foram chamadas ao mercado de trabalho, descobrindo assim, a partir de então, o direito à liberdade, passando a almejar a igualdade e a questionar a discriminação de que sempre foram alvos. Com essas alterações, a mulher passou a participar, com o fruto de seu trabalho, da manutenção da família, o que lhe conferiu certa independência. Começou ela a cobrar uma participação do homem no ambiente doméstico, impondo a necessidade de assumir responsabilidade dentro de casa e partilhar cuidado com os filhos³⁹.

Consequência de reivindicações e movimentos sociais feministas a mulher conseguiu adquirir o direito de votar e ser votada, trazendo assim mais igualdade no âmbito social, mas ainda assim a violência contra as mulheres era e é um problema, que devido às conquistas das mulheres e independência, muitas sofreram e sofrem agressões devido a essa independência, ou seja quando as mulheres

começaram a serem independentes e a ocupar seu lugar de direito na sociedade e no âmbito familiar, alguns homens as agredem meramente por estar perdendo seu poder patriarcal, o mesmo acontece na sociedade, onde a mulher sofre discriminação em diversos ambientes de trabalho simplesmente por ser mulher e ter ainda atrelado a cultura da incapacidade da mulher em exercer as mesmas funções que os homens ou até mesmo vistas como um objeto sexual.

Outra importante conquista das mulheres foi Em 1977 foi promulgada a lei do divórcio no ordenamento jurídico com a criação da lei número 6.515, de 26 de Dezembro de 1977 dando o direito das mulheres poderem se divorciar de seus companheiros quando achar pertinente ou até em casos extremos de violência, concedendo a elas o direito de escolha de estado civil.

Antes da criação da lei 11.340/2006 os crimes de violência contra mulher eram julgados pela lei 9099/95, onde as penas eram brandas, e com pena máxima de detenção de 2 (dois) anos, mas na maioria das vezes as penas eram convertidas em penas pecuniárias, com a criação da lei popularmente conhecida como Lei Maria da Penha colocou fim a esse processo que tratava a violência doméstica como crime de menor potencial ofensivo, trazendo em seu artigo 17 a seguinte vedação: “ É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que impliquem o pagamento isolado de multa” ⁴⁰ garantindo assim uma maior rigidez nos crimes relacionados a violência doméstica e evitando que medidas mais brandas seja tomada por parte do judiciário .

Outra medida fundamental para a concretização dos direitos da mulher, está presente no artigo 41 da lei 11.340/2006. que proíbe a tramitação da referida lei no juizado especial criminal, que tem por competência julgar crimes de “ menor potencial ofensivo” como transcreve o art. 41 : “Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra mulher, independente da pena prevista, não se aplica a lei 9.099 de 26 de setembro de 1995” ⁴¹ com tais vedações a lei passa a ter uma nova ótica perante o judiciário e não mais considerada como uma lei qualquer, passiva de tratamento atenuado, e passa a ter mais rigor para quem cometer qualquer tipo de violência contra as mulheres, ou qualquer outro meio de violação de direitos em desfavor das mulheres.

3.3. TIPOS DE VIOLÊNCIA

Em relação aos tipos de violência doméstica e familiar, a maioria da sociedade pouco sabe acerca do assunto, como: o que é violência e os vários tipos de violência contra as mulheres, que muitas das

vezes passa despercebido, ou até mesmo é visto como algo normal para os homens e pelas próprias mulheres, consequência da cultura machista ainda presente na sociedade contemporânea.

Para Meneghel, “a violência pode ser considerada toda ação danosa à vida e a saúde do indivíduo, caracterizada por maus-tratos, cerceamento da liberdade ou imposição da força” ⁴² partindo do ponto de vista do autor, a violência de modo geral é tudo o que causa um desconforto físico, mental ou que coloque limites a liberdade humana ou expor em risco a saúde de outrem.

Destarte, a violência doméstica e familiar contra a mulher, vai mais além do conceito acima citado, na lei 11.340/2006. Em seu artigo 7 trouxe as várias formas de violência doméstica e familiar, tais como a “violência Física”, “violência Sexual”, “violência Psicológica”, “violência Moral”, “violência Patrimonial” e a doutrina traz a “violência Simbólica”⁴³ observa-se que a lei tem o escopo de garantir a integridade física, psicológica e a fins da mulher, trouxe um conceito de violência bem mais amplo, no tocante às mulheres principalmente no âmbito familiar, dando-as maior proteção .

No que diz respeito a violência Física presente no Artigo 7 inciso I- “a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal” Ou seja, a violência física pode ser desde um empurrão, um puxão de cabelo, até uma tentativa de homicídio, vale ressaltar que para configurar violência física não precisa que a agressão deixe marcas, como citado acima um empurrão já configura como agressão física.

Como descreve Marisa Gaspari, “a violência Física é qualquer ação ou omissão que ofenda a integridade física, ocorre, por exemplo, quando o corpo é agredido com beliscões, tapas, socos, ou qualquer outro golpe com um objeto” ⁴⁴. Nota-se que o conceito de violência física vai bem mais além do espancamento, abrange, os pequenos atos que passam despercebidos na sociedade, como citado acima, configurando de empurrões, beliscões a atos mais graves como crime.

Outra forma de violência presente na lei Maria da Penha é a violência psicológica, que, pode se dar como tudo que causa um desconforto psicológico nas mulheres, que, pode ser de diversas maneiras, partindo desde uma crítica destrutiva com intuito de menosprezo, a atos de controle, como: determinar como a mulher vai vestir-se, onde deve ou pode ir, a proibição de trabalhar.

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização,

exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação ⁴⁵

Como descrito no inciso II a violência psicológica vai além dos parâmetros populares, de, gritos, xingamentos e ameaças, abrangendo o direito de liberdade de expressão e de ir e vir restringido, versando até sobre a liberdade religiosa oprimida, e a proibição de estudar ou trabalhar, vale ressaltar que maneiras de controle de comportamento e da maneira em que a mulher se veste ou pensa também são atos de violência psicológica, atos estes, como já dito, são, muita das vezes considerados normais pela sociedade.

A violência Sexual presente no artigo 7 inciso III versa sobre a proteção da dignidade sexual das mulheres, a violência sexual é qualquer ato que esteja em desacordo com o consentimento da mulher , ou seja, vai além do estupro ou qualquer ato libidinoso, a prática de assédio na escola ou serviço já configura-se a violação, outro ponto que merece destaque e pouco conhecido na sociedade é a violência sexual praticadas pelos próprios maridos, como já citado que a violência sexual vai bem mais além do estupro, basta o constrangimento ou a vontade reprovada da mulher, como por exemplo: o marido que exige a mulher realizar fantasias sexuais que não são do agrado da mesma.

II - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos ⁴⁶.

De acordo com o exposto acima, outro ponto a ser levantado como violência sexual na sociedade contemporânea é a exposição da vida íntima e a exposição de fotos íntimas sem o consentimento da vítima em redes sociais, valendo ressaltar que tal violação não se dá somente no âmbito familiar, pode-se concretizar também no âmbito escolar ou até em ambiente de trabalho, contudo o agressor pode ou não ter um vínculo de convivência e afeto com a vítima.

A violência Patrimonial é outro tipo de violência doméstica presente na lei Maria da Penha, que pode ser desde um golpe financeiro, que é o mais conhecido, a destruição de bens, como: roupas, documentos e destruição de fotos pessoais por mero ciúme do parceiro, mas também pode ser fora do âmbito conjugal, por exemplo, o filho que pega pensão da mãe idosa configura a violência patrimonial.

A violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades ⁴⁷

Como pode se ver com a criação da lei, a mulher ganhou amparo em relação ao seu patrimônio pessoal, antes não aplicado no âmbito familiar, como por exemplo, antes não se aplicava entre cônjuges o artigo 155 do código penal, que é o crime de “furto”, mas a lei trouxe a possibilidade de ser aplicado a violência patrimonial nos casos de subtração, destruição etc., não podendo ser mais estes crimes ser afastados na esfera penal.⁴⁸

Por fim a lei tipificou também a violência moral contra mulher, que é os crimes contra a honra das mulheres, ou seja, é um crime cometido verbalmente, quando o companheiro tenta desonrar a parceira de alguma maneira, seja para terceiros ou diretamente para mesma, causando a um desconforto moral. Contudo o artigo 7 inciso V da lei 11.340/2006- “a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” ⁴⁹.

Considera-se violência moral, os crimes de: “calúnia” artigo 138 do Código Penal, “difamação”; artigo 139 do Código Penal e “injúria” artigo 140 do Código Penal ⁵⁰, ou seja, calúnia seria o parceiro acusar ou espalhar falsamente que a parceira tenha cometido algum crime, com intuito de prejudicá-la, já na difamação seria o ato de falar mal da parceira a terceiros com intuito de manchar a honra da mesma e a injúria seria quando o mesmo falasse palavras desagradáveis a sua parceria diretamente com intuito de humilhar ou rebaixá-la, ferindo sua honra pessoal.

A lei Maria da penha positivou esses 5 (cinco) tipos de violência acima abordado, porém a doutrina traz outro tipo de violência doméstica e familiar, a violência simbólica, que é aquela divisão cultural no trabalho, nas tarefas de casa, na liberdade de se vestir, a violência simbólica é a mais difícil de ser percebida pela sociedade ⁵¹, por ser algo cultural, presente até hoje, no caso da cultura de quem deve por exemplo: lavar, passar, cozinhar e cuidar dos filho é somente dever da mulher e não do casal em conjunto, ou até mesmo em atos de “piadas” em relação às mulheres, seguindo assim um padrão rotineiro e um ciclo cultural de violência.

3.4 Ciclos da Violência

Ainda nos dias atuais é difícil para a sociedade em geral aceitar que o motivo das agressões pode ser unilateral, ou seja, de culpa exclusiva do homem, como bem cita Maria Berenice Dias “ninguém acredita que a violência doméstica sofrida pela mulher seja exclusivamente de responsabilidade do agressor. A sociedade ainda cultiva valores que incentivam a violência, o que impõe a necessidade de se tomar consciência de que a culpa é de todos”⁵², ou seja, a sociedade ainda tem pensamento machista, onde atribui as violências, culpa bilateral do casal, como justificativa das mulheres também serem culpadas e os homens estarem parcialmente corretos frente a violência

Violências estas que seguem um padrão entre os homens, de acordo com a psicóloga Walker, após vários testemunhos de vítimas de violência doméstica, ela concluiu que a violência segue um padrão determinado ou ciclo por ela conceituado ciclos da violência que são três fases: a primeira a acumulação de tensão, a segunda fase a explosão e terceira fase a lua de mel onde explica em seu livros *The Battered Woman* o vínculo das mulheres com seus parceiros e o porquê de ser tão difícil das mulheres se afastar dos agressores⁵³. O ciclo de acumulação de tensão é aquela fase em que ocorre as violências psicológicas e morais, ou seja xingamentos, discussão, etc. onde os homens tentam intimidar e controlar as mulheres, atos esses que vão se agravando até chegar à segunda fase.

A segunda fase de acordo com Gomez, É a pior fase do ciclo da violência, porque é onde ocorre a violência física, onde vai de tapas, socos e espancamentos, e até violência patrimonial onde o agressor pode destruir objetos pessoais da vítima, o autor ainda cita que essa fase pode ter duração de vinte e quatro a quarenta e oito horas, e muitas das vezes a vítima não procura a delegacia da mulher em primeiro momento, onde a vítima esconde as agressões por medo do agressor⁵⁴.

Por fim a terceira fase, de acordo com Gomez, Relata que nessa última, inicia-se a fase de “lua de mel” onde o autor das agressões mostra-se arrependido dos atos por ele praticado, pede desculpas, mostra-se uma pessoa boa e fala que tais agressões não voltarão a acontecer, o autor ressalta ainda que é nessa fase de lua de mel que a maioria dos processos criminais são interrompida⁵⁵.

Infelizmente o ciclo de violência citado é por muitos considerados comportamentos comuns entre casais, onde hoje tem uma discussão, amanhã um empurrão e depois está tudo bem, isso não só visto da ótica machista, mas pelas próprias mulheres, que muitas das vez cresceu em um ambiente assim, onde desavenças entre casais são normais e tem que ser resolvidas entre eles próprios, após a criação

da lei 11.340/2006⁵⁶, trouxe não só mecanismos de combate a violência e penas mais rigorosas, mas também políticas públicas de conscientização das mulheres de seus direitos, e meios de empoderamento feminino de encorajá-las a denunciar e não aceitar a violência, e buscar os procedimentos legais para assegurar seus direitos, que será abordado no próximo tópico.

3.5. PROCEDIMENTOS LEGAIS DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

A lei determina que a autoridade policial ao tomar conhecimento e lavrar o boletim de ocorrência, deverá encaminhá-lo ao juiz com o devido consentimento da vítima, para conceder medidas protetivas de urgência se necessário. O policial deverá ainda dar toda a assistência imediata a mulher que sofreu a violência, desde ouvir a vítima e lavrar o boletim de ocorrência e colher provas, a encaminhar a vítima de maneira segura para o hospital ou algum abrigo ou local seguro.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ)⁵⁷, todos os crimes de violência contra mulher deve ser instaurado inquérito policial para averiguar o caso, e assim subsequentemente enviado ao ministério público, ainda ressalta que os crimes cometidos contra as mulheres devem ser julgados nos Juizados especializados de violência doméstica contra mulher, mas caso na cidade do foro competente não tenha tal juizado, que seja julgado na vara criminal ⁵⁸, ou seja, justiça comum, até por que, como cita o CNJ, umas das vedações da lei Maria da Penha é a tramitação no juizado especial criminal. Proibindo assim a conversão da pena privativa de liberdade em prestação pecuniária, que seria o pagamento de cestas básicas ou pagamento de multa, bem como encaminhar as mulheres e seus dependentes vítimas de agressões para programas sociais e serviços de proteção.

Ou seja, as medidas protetivas presente na lei Maria da Penha é a aplicação concreta para assegurar os direitos violados ou com iminência de serem violados ou o perigo evidente a integridade física, após o pedido da vítima ou do ministério público o juiz tem até 48h para conceder uma ou mais medida de proteção, visto que podem ser cumulativa a depender do caso e a necessidade, as medidas protetivas de urgência podem ser decretadas a qualquer tempo, solicitada pela vítima ou por requerimento do ministério público ⁵⁹. Vale ressaltar que no curso do inquérito ou no processo, o juiz pode decretar nova medida protetiva de urgência sem prejuízo da anterior, como também rever alguma medida protetiva já concedida. Caso haja necessidade, a pedido da vítima ou mediante representação da autoridade policial ou requerimento do ministério público, pode o juiz decretar a prisão preventiva do autor em qualquer fase do inquérito ou processo criminal, bem como revogar a mesma quando não houver mais fundamento para que esta possa perdurar.

A lei ainda traz um rol de medidas que obriga o agressor e o impõe limites, para assegurar a vida e a integridade física da mulher vítima de violência doméstica ⁶⁰, onde busca impedir que a violência volte acontecer ou aconteça com mais gravidade, levando assim uma sensação de segurança para as vítimas e a imposição de limites para o agressor como pode ser observado abaixo.

Suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da. II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; III - proibição de determinadas condutas, entre as quais: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.VI – comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação; e VII – acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio ⁶¹.

Nota-se que artigo 22 da lei 11340/06, coloca várias proibições para o agressor como uma tentativa de assegurar os direitos da mulheres prevista na lei Maria da Penha, tais como: Sua vida, integridade física, etc. é possível notar ainda que essa proteção não se restringe somente a mulher agredida, mas também a seus dependentes e até aos seus familiares, destarte, que as medidas acima podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, por exemplo: pode ser decretada a suspensão do porte de arma e afastamento do agressor da ofendida, dentre outra a depender do caso, e se necessário o juiz poderá pedir auxílio policial para assegurar a efetividade das medidas protetivas impostas.

Por fim, as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha de 2006, não traz só punição e proibição aos agressores, as medidas protetivas em seus artigos 22 e 23, carrega em seu bojo a proteção da vítima e de seus bens, de acordo com o artigo

23 o juiz para assegurar a efetiva proteção da vítima pode: encaminhar a vítima e dependentes a programas sociais de proteção, acompanhar a vítima até seu domicílio após o afastamento do agressor, a separação de corpos e a estabelecer o afastamento da vítima de seu lar sem prejuízo de seus respectivos direitos⁶².

O artigo 24 da Lei Maria da Penha (2006), põe salvo os direitos patrimoniais da mulher vítima de agressão, por meio de suspensão de procuração que tenha posse o autor assinado pela ofendida, proibição de realização de contrato de compra e venda dos bens do casal e até a entrega de algum bem subtraído pelo agressor, dentre outros. Observa-se que as medidas não só impõem obrigações e

restrições ao agressor como também busca a proteção em geral da mulher, tanto a proteção à vida e a integridade físico, quando o patrimônio das mulheres vítimas de agressões.

3.6 CRIMINALIZAÇÃO DO DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA

A lei Maria da Penha de 2006, antes de 04/04/2018, não configurava crime o descumprimento das medidas protetivas de urgência, apesar da lei ter sido criada para proteção da mulher, não tipificava o descumprimento de tais medidas como crime, por que a lei aplicava pena de multa ou prisão preventiva, disposto no código de processo penal em seu artigo 313 inciso III- “se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência; (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011)”⁶³, afastando até mesmo o artigo 330 do código penal, que trata do crime de desobediência, porque de acordo com o entendimento do STJ, quando a lei tem apenas sanção civil, administrativa e processual penal, sem mencionar as penas, não pode aplicar as sanções penais por falta de previsão legal.

Porém em 04/04/2018 com a criação da lei nº 13.641/2018 que alterou a lei Maria da Penha, tipificando o descumprimento de medida protetiva como crime, afastando a aplicação de prisão preventiva e possibilitando que agressor possa responder penalmente pelo descumprimento das medidas impostas pelo juiz, onde inseriu o artigo 24-A no rol das medidas protetivas, tendo partir daí previsão legal para criminalização dos descumprimento de alguma medida, como podemos ver no artigo 24-A: “Descumprir decisão judicial que deferiu medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos.”⁶⁴. Afastando novamente a aplicabilidade do artigo 330 do CP, pelo fato da nova lei tratar de caso específico, que é descumprir medida protetiva na lei Maria da Penha.

3.6.1 LEGITIMIDADE- LEI.13.827/2019

Desde a criação da lei 11.340 de 2006 até os dias atuais a lei vem sofrendo várias metamorfoses, isso para garantir uma melhor aplicabilidade e efetividade em resguardar os direitos das mulheres frente à sociedade e se moldando com os parâmetros da sociedade para atender melhor às vítimas de violência doméstica da forma mais célere possível, contudo outra mudança bastante relevante na lei Maria da Penha foi a criação da lei.13.827/2019 sancionada pelo presidente da república, incluindo na lei os artigos 12-C e 34-A , que ampliou a competência para conceder medidas protetivas de urgência às mulheres vítimas de violência doméstica, de acordo com o artigo 12-C:

Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: I – pela autoridade judicial; II – pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou III – pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia. § 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.

§ 2º Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso⁶⁵.

Observa-se que o artigo 12-C trouxe flexibilização na concessão das medidas protetivas de urgência, em específico o imediato afastado do lar domicílio ou local de convivência com a ofendida, onde antes da referida lei, só o juiz a pedido da ofendida ou a requerimento do ministério público no prazo de até 48h podia conceder medida protetiva, com a mudança a inclusão do artigo 12-C ampliou-se a competência para delegados e policiais observado os requisitos de competência, ou seja, caso o município onde a vítima sofreu agressão não for sede de comarca pode o delegado conceder medida protetiva, ainda se o delegado não estiver presente ou não tenha delegado no município o policial pode também conceder medida protetiva de urgência se observar risco para a mulher.

Sobre os casos de concessão de medidas protetivas por delegados ou policial, o juiz deve ser comunicado em até 24h de acordo com art.12-C, que pode manter ou revogar a medida protetiva a depender do caso e em seguida comunicando o ministério público, o parágrafo 2 trouxe ainda um maior rigor frente a prisão preventiva, havendo risco a integridade física da vítima não será possível conceder liberdade provisória ao agressor⁶⁶, medidas essas que veio como forma de potencialização da lei Maria da Penha e uma maior celeridade, visto que antes o juiz tinha até 48h para conceder uma medida protetiva, com a nova lei, a medida protetiva pode ser concedida de imediato visando concretizar a segurança das vítimas, depois cabe ao juiz analisar a real necessidade da aplicação da medida protetiva.

Outra inovação na Lei Maria da Penha de 2006, de grande relevância ao combate à violência doméstica é o 34-A inserido pela mesma lei acima citada, onde busca traçar um perfil dos agressores através da criação de um banco de dados de todos os atos do agressor para facilitar a investigação, disposto no artigo 34-A:

O juiz competente providenciará o registro da medida protetiva de urgência. Parágrafo único. As medidas protetivas de urgência serão registradas em banco de dados mantido e regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, garantido o acesso do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos órgãos de segurança pública e de assistência social, com vistas à fiscalização e à efetividade das medidas protetivas ⁶⁷.

Vale destacar que tal medida facilitará a investigação do agressor, visto que terá seu cadastro em banco de dados específico, esse banco de dados torna mais eficaz também as medidas protetivas de urgência, pois será mais fácil a monitoração e localização do autor da violência, vale frisar ainda que esse banco de dados só poderá ser registrado pela autoridade judiciária.

4 MECANISMOS DE OTIMIZAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a Lei Maria da Penha é considerada a terceira melhor lei do mundo no combate à violência contra mulher

⁶⁸. Porém desde a criação da Lei Maria da Penha, a lei vem sofrendo constantes mudanças, mudanças estas que tem por objetivo torná-la cada vez mais eficaz, apesar de ser consideradas umas das melhores leis do mundo, a lei se deparou com dificuldades para se concretizar, principalmente no cumprimento efetivo das medidas protetivas de urgências, devido à grande influência cultural presente na sociedade brasileira.

Com o intuito de concretizar tais medidas, a lei veio se moldando a sociedade e criando mecanismos que possibilitem a potencialização das medidas protetivas de urgência no âmbito familiar, como por exemplo: “A criação de órgãos de proteção e fiscalização dos direitos da mulher vítima de violência”, “Políticas públicas de proteção a mulher”, “Patrulha Maria da Penha”, “Uso de tornozeleira eletrônica”, “Grupos reflexivos”, “Rede de proteção às mulheres”, “Botão do pânico”, “aplicativo”, “Criação da delegacia da mulher”, e por fim o “ formulário digital”, mecanismos estes citados acima inseridos ao longo do tempo para dar mais segurança às mulheres e assegurar seus direitos, como veremos a seguir a aplicabilidade de cada um desses mecanismos na Lei Maria da Penha. Para melhor evidenciar essas medidas os tópicos posteriores trabalharam o contexto legislativo e a aplicação no âmbito familiar.

4.1 A CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

De acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública em 2016, foi criado em Brasília, 02/06/16 – pelo ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, um núcleo de proteção às mulheres, ou seja, um

órgão público com a finalidade de combater a violência e de dar assistência às mulheres que foram vítimas de violência doméstica, órgão este de grande importância no combate à violência, por que tem como finalidade tanto de assessorar órgãos Federais, Estaduais e municipais na criação de meios de proteção à mulher, que tem este também um trabalho em conjunto com as delegacias especializadas na proteção à mulher, ministério público, poder judiciário e com a defensoria pública, trabalhando juntos no combate à violência contra mulher como pode ser observado no artigo 1º da portaria nº 586, de 1º de junho de 2016.

Art. 1º Fica instituído o Núcleo de Proteção à Mulher no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania, com as seguintes competências: I - assessorar o Ministro de Estado da Justiça e Cidadania na definição, na implementação e no acompanhamento de políticas, de programas e de projetos de segurança pública, prevenção social e controle da violência e criminalidade contra a mulher; II - elaborar, em conjunto com a Secretaria de Assuntos Legislativos, propostas de legislação em assuntos de segurança pública de proteção à mulher; III - promover a articulação e a integração dos órgãos de segurança pública na proteção à mulher; IV - realizar e fomentar estudos e pesquisas voltados à redução da violência e da criminalidade contra a mulher; V - estimular e propor aos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública e de ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade contra a mulher. § 1º As competências do Núcleo de Proteção à Mulher deverão ser desempenhadas em constante articulação e estreita cooperação com as delegacias estaduais especializadas na proteção à mulher, bem como com o Ministério Público, com a Defensoria Pública e com o Poder Judiciário. § 2º O Núcleo de Proteção à Mulher tem como diretriz elementar proporcionar o máximo apoio às mulheres vítimas de crimes contra a dignidade sexual e de quaisquer violências domésticas ⁶⁹.

Observa-se que a criação do núcleo de proteção às mulheres é de suma importância na tentativa de acabar com a violência doméstica, funcionando estes como um auxiliar nos demais órgãos em relação à erradicação da violência doméstica e familiar, e na assistência às mulheres agredidas, outros órgãos de uma relevante importância na busca incessante por justiça foi a criação das (DEAM) Delegacia Especializada na Proteção à Mulher, Ministério Público, Defensoria Pública e o Poder judiciário, onde a (DEAM) tem um papel fundamental na investigação e apuração dos crimes de violência contra as mulheres, bem como um tratamento qualificado às evitando maiores constrangimentos.

De acordo com o CNJ a primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres foi criada no ano de 1985, em São Paulo, a criação da DEAM foi decorrente de reivindicações de movimentos feminista por direitos, com a finalidade de dar mais amparo às mulheres vítimas de violência doméstica, por se tratar de uma delegacia específica e preparada para combater a violência contra mulheres ⁷⁰. Após a criação da lei Maria da Penha houve uma ampliação no atendimento nas DEAMs,

tais como: o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e moral, criação de medidas mais rápidas de atendimentos e concessão de medidas protetivas, que antes a mulher precisava de advogado para pedir medida protetiva de urgência, porém com a criação da lei Maria da Penha em conjunto com a Lei.13.827/2019 os delegados, policiais e o judiciário podem conceder diretamente a medida protetiva de urgência, tornando assim mais célere a concessão da medida protetiva.

Com a criação da referida lei, prevê que as DEAMs desenvolvam trabalhos com diferentes órgãos visando o combate a violência, sejam eles, da área da saúde, justiça ou de carácter assistencial, mecanismos que dão auxílio a lei em busca de uma melhor aplicação da lei ou de prevenção à violência. O Ministério Público também é um órgão de grande importância no combate a violência doméstica, tendo este como a principal função a defesa dos direitos fundamentais em todos os âmbitos de atuação, a mulher vítima de violência pode procurar diretamente o MP e relatar a violência,

Tendo este o dever de informar a vítima de seus direitos e subsequentemente encaminhá-la aos serviços de atendimento, a atribuição do Ministério Público frente a Lei Maria da Penha: “refere-se a integração operacional com as demais entidades envolvidas na aplicação da Lei Maria da Penha, trabalhando concomitantemente com os demais órgãos públicos ou privados que se ligam a proteção da mulher” ⁷¹. Ou seja, a função do Ministério Público não se limita a apenas como responsável por iniciar o processo criminal contra o agressor.

O Ministério Público também trabalha junto com outros órgãos públicos e privados para assegurar os direitos fundamentais e os direitos previstos na Lei Maria da Penha de 2006, de acordo com o artigo 8 inciso I e IV ou por meio do exercício de seu poder de polícia, fiscalizando os setores públicos e privados que prestam assistência às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar de acordo com o artigo 26 da lei 11.340/2006, e por meio de parcerias com instituição de estudos e pesquisas para: “a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas de acordo com os artigos 8 inciso 8 II e 26 inciso III da lei 11.340/2006”. Importante ressaltar que o ministério Público pode fazer parcerias tanto com outros órgãos públicos quanto com o setor privado, sempre visando o combate à violência doméstica ⁷².

Outro importante órgão de atuação no combate à violência contra mulher é o Poder Judiciário, órgão este encarregado de conceder as medidas protetivas de urgência em até 48h de acordo como artigo 18 inciso I da Lei 11.340/2006, decretar prisão preventiva do agressor se necessário, dentre outras atribuições garantindo os direitos da mulher, a atuação do Poder Judiciário é uma das mais

importantes na lei Maria da Penha, pois cabe a ele processar e julgar os crimes previstos no âmbito penal e na lei Maria da Penha, onde o juiz tomará as providências de acordo com o caso concreto ⁷³.

Na concessão de medida protetiva à vítima não precisará de advogado sendo os demais atos processuais necessário a presença de advogado nos termos do artigo 27 da lei 11.340/2006, assim, amparado pelo artigo 28 da referida lei acima citado, entra a atuação de outro importante órgão, a Defensoria Pública que tem por objetivo garantir a assistência judiciária gratuita às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, garantindo assim, a manutenção dos direitos das mesma perante a lei, principalmente em relação às famílias hipossuficientes garantindo o pleno acesso à justiça.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO À MULHER

Observa se que os órgãos de proteção as mulheres têm muita importância no combate a violência, porém outro fator de grande relevância para a proteção dos direitos da mulher são as Políticas Públicas de Proteção a Mulher, que são os meios que os Estados tomam para tentar amenizar e conscientizar a população, seja por meio de palestras em escolas, para as vítimas ou até mesmo para o próprio agressor com um intuito de prevenção, de empoderamento para as vítimas ou de caráter ressocializador do agressor ⁷⁴.

Porém as políticas públicas vão bem mais além do que palestras, pode ser considerado toda iniciativa dos Estados de coibir a violência ou de amparar a vítima de alguma forma, como cita o Ministério Público de Goiás: “uma política pública é o resultado de uma decisão política tomada sobre alternativas de política para atender a uma determinada demanda, apresenta uma característica crítica central por ser revestida de autoridade soberana do poder público” ⁷⁵, ou seja, são posicionamentos políticos frente a um problema que precisa ser resolvido e isso vem acontecendo muito com a lei Maria da Penha.

Atualmente há diversas políticas públicas voltadas a combater a violência, como: palestras, uso da mídia e criação de leis, como já mencionada anteriormente o “núcleo de proteção às mulheres”, e outros métodos tais como: “a Patrulha Maria da Penha”, “uso da tornozeleira Eletrônica”, “Grupos Reflexivos”, a “Rede de proteção as Mulheres”, o “Botão do Pânico”, “aplicativo”, “DEAMs”, e o “Formulário digital”, dentre outros que serão abordados posteriormente.

Por fim é notório a importância na criação de políticas públicas no combate a violência doméstica e familiar, por que estas que dão a real efetividade e mais concretização a lei, as políticas públicas

servem de base de sustentação para a potencialização da lei Maria da Penha, ampliando cada vez mais a sua aplicação.

4.3 MECANISMOS UTILIZADOS PARA OTIMIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS

Apesar da Lei Maria da Penha ser considerada pela ONU umas das melhores leis do mundo no combate à violência contra mulher como já mencionado anteriormente, a lei em si não era muito eficaz na aplicabilidade das medidas Protetivas, precisando de mecanismos auxiliares e complementações em seu texto original para uma otimização, e obter melhor resultados em sua aplicabilidade ⁷⁶, ou seja, foi de suma importância a criação de políticas públicas como já citado, para tentar garantir o real objetivo da lei, que é a erradicação da violência doméstica e familiar, mecanismos estes que vem sendo de grande relevância no combate a violência.

A lei Maria da Penha desde sua criação até os dias atuais sofreu diversas alterações que a tornaram mais rígida, umas delas foi a criminalização do descumprimento de medida protetiva, inserindo em seu texto originário o artigo 24-A tornando-a mais rígida, buscando assim cada vez impedir que a violência ocorra ou evitar a reincidência, e com isso ao longo do tempo e com a ação do poder público na criação de políticas públicas que auxiliem a sua aplicação, a lei atualmente conta com diversos mecanismos de potencialização de sua aplicabilidade, mecanismos estes que serão abordados a seguir.

4.3.1 PATRULHA MARIA DA PENHA

A patrulha Maria da Penha de acordo com a Agencia Câmara de Notícias, foi um projeto de lei apresentado pelo Senado (PLS) 547/2015, pela senadora Gleisi Hoffman e foi aprovado por unanimidade pelo (CCJ), de acordo com o projeto de lei da Senadora , a Patrulha Maria da Penha tem por escopo o monitoramento dos locais de maiores índices de violência, e fazer o patrulhamento mais ostensivo nas residências das vítimas de agressões que têm medidas protetivas de urgência, com a finalidade primordial de assegurar que a mesma se concretize, porém a Patrulha Maria da Penha não irá fazer o patrulhamento somente nas casas das vítimas mas também nas residências dos agressores ⁷⁷.

De acordo com relatos do comandante da Patrulha Maria da Penha da capital, 1ª tenente PM Dayse Pereira Vaz de Rezende: uma média de 70 % das ocorrências são resolvidas de forma pacífica e em média 30% são casos mais graves, trados por ela como: “São agressores persistentes e que não aceitam terem sido denunciados, mantendo muitas vezes as ameaças e descumprindo as medidas

protetivas”⁷⁸, assim relata a 1ª tenente, porém é nesses casos que a patrulha desempenha papel primordial, que é o patrulhamento ostensivo nas residências das vítimas e dos agressores para dar maior segurança a elas.

Segundo relatos da 1ª tenente PM Dayse Vaz, a implantação da Patrulha Maria da Penha reduziu significativamente a incidência da violência e que teve uma redução nos descumprimentos de medida protetivas de urgência, reduzindo também os casos de violências praticadas contra mulheres, onde segundo dados publicados pela Patrulha Maria da Penha em Goiânia houve uma redução de: “2014 para 2015 a redução foi de 27,5% no número de casos. De 2015 para 2016, essa redução foi de 23,27%. Se considerados apenas os meses de janeiro e fevereiro de 2016 e 2017, a redução foi de 62,04% no número de casos na capital”⁷⁹. Portanto a patrulha Maria da Penha tem sido um mecanismo muito eficiente não só no combate a violência mas também em assegurar a efetividade das medidas protetivas de urgência no âmbito familiar.

4.3.2 BOTÃO DO PÂNICO

Conforme a Agência CNJ de Notícias, outro mecanismo de combate a violência doméstica e familiar, é o Botão do Pânico, que partiu de uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Vitória e o Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva (INTP), o botão do pânico é um dispositivo eletrônico que é entregue às mulheres que encontram-se em medidas protetivas, o Botão do Pânico assim conhecido é um dispositivo de grande eficácia no combate a violência⁸⁰, onde possui um sistema de GPS que quando a vítima sentir se em perigo ou avistar o agressor, poderá acioná-lo passando a localização exata da vítima para a viatura mais próxima otimizando assim a ação policial, o dispositivo conta ainda com uma sistema de gravação de áudio de uma distância de até 5 (cinco) metros de distância, áudios esses que podem servir de prova contra o agressor.

De acordo com a Agência CNJ de Notícias, o botão do pânico tem atendido as expectativas de seu escopo e proporcionando mais liberdade as mulheres. Ou seja, tem sido um grande aliado do poder judiciário para uma melhor fiscalização do agressor no tocante ao cumprimento das medidas protetivas de urgência por intimidar diretamente a ação do agressor.

4.3.3 APLICATIVO

Segundo Lilian Cury – Centro de Comunicação Social do TJGO (Tribuna de Justiça do estado de Goiás), a tecnologia vem sendo uma grande aliada no combate a violência doméstica e familiar, proporcionando meios de fazer uma denúncia sem que precise sair de casa ou ir a uma delegacia, que

muitas das vezes é um obstáculo para as vítimas de violência doméstica ⁸¹, além do Botão do Pânico já citado, os Estados também criou aplicativos de combate a violência contra a mulher, dando assim uma maior acessibilidade às vítimas e proporcionando um maior monitoramento das vítimas como também maior facilidade da vítima comunicar às autoridades de uma possível agressão iminente.

O Estado de Goiás juntamente com a secretaria de Segurança Pública, criou o Aplicativo: Alerta Maria da Penha, o secretário de Segurança Pública Rodney Miranda, explica que: “Trata-se de uma ferramenta muito importante para garantir mais tranquilidade às mulheres e inibir condutas criminosas de covardes que insistem em cometer esse tipo de violência” ⁸², o aplicativo em conjunto com outros mecanismos como por exemplo: A patrulha Maria da Penha dentre outros, tem a finalidade de evitar a violência doméstica, podendo através do mesmo qualquer pessoa denunciar fatos de agressões a mulheres, o aplicativo proporciona um contato direto com a viatura mais próxima e informando a localização da vítima, para uma maior agilidade, e a vítima poderá ainda acompanhar o percurso da viatura no mapa do APP, assim tornando bem mais eficaz e célere o atendimento às vítimas.

O TJ-GO publicou dia 07/05/2020. Uma iniciativa da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) ⁸³, a criação de uma plataforma multifuncional, que já é adotada em 150 países, o aplicativo vai além dos já existentes, que vão desde atendimentos psicológicos ligados uma central de atendimento psicossociais e centrais de monitoramento de segurança ⁸⁴, a um sistema que possibilita a gravação vídeos e imagens para a produção de provas contra o agressor, o aplicativo tem uma finalidade bem mais ampla, não contando apenas como medida preventiva, mas também, com caráter social de amparo às mulheres com traumas psicológicos decorrentes de violência doméstica e familiar.

O TJ-GO, relata uma grande inovação contida no aplicativo e a capacidade de vigilância automática, que se o agressor estiver sendo monitorado através de tornozeleira eletrônica e se aproximar da vítima, o aplicativo avisará tanto a vítima quanto a central de monitoramento da aproximação do agressor, tornando a ação da polícia imediatamente como uma medida preventiva de uma possível agressão⁸⁵.

O aplicativo é um grande avanço na proteção das mulheres, podendo ser avisadas através do aplicativo toda vez que o agressor se aproximar, possibilitando que a vítima aguarde a viatura que também será avisada em um local seguro, lembrando que esse sistema de monitoramento só será possível se o agressor estiver sendo monitorado por tornozeleira eletrônica, tema ser abordado a seguir.

4.3.4 USO DA TORNOZELEIRA ELETRÔNICA

A Comissão de Direitos Humano (CDH) aprovou o monitoramento eletrônico de medidas protetivas da Lei Maria da Penha, (PL) 5.278/2019, o projeto tem o objetivo de auxiliar na concretização das medidas protetivas de urgência, através de monitoramento eletrônico do agressor, impedindo que este venha a se aproximar da vítima ou até frequentar locais cujo seu acesso esteja restringido ⁸⁶, o mecanismo dará mais efetividade às medidas protetivas, e proporciona o poder judiciário dados que comprovaram se o agressor está ou não cumprindo com as medidas impostas pelo magistrado.

Conforme relata na CDH (2020), senador Paulo Paim (PT-RS), que preside o colegiado, “Tendo-se prontamente à disposição a tecnologia, e sendo ela comprovadamente eficaz no acompanhamento da localização geográfica de ofensores da Lei Maria da Penha, seria uma grande irresponsabilidade dela abdicar e não a usar em prol da defesa de mulheres vítimas de violência” ⁸⁷. A utilização da tornozeleira eletrônica como citado anteriormente, será usado em conjunto com outros dispositivos tecnológicos para potencializar sua efetiva aplicação, podendo ser aplicada nos casos de regime aberto ou em que o réu aguarda julgamento em liberdade, valendo ressaltar que a imposição da utilização da tornozeleira eletrônica poderá ser aplicada sem prejuízo de medidas protetivas anteriormente concedida, podendo ser aplicadas cumulativamente como revogada de acordo com a lei 11.340/2006.

4.3.5 REDE DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES

As rede de proteção às mulheres criada a partir da Resolução nº 128, de 17 de março de 2011 que: “Determina a criação de Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal” ⁸⁸. Isto é, determina a criação de um atendimento que reúne diversos serviços como, de assistência social, segurança pública, saúde, unificados a Rede de Proteção às mulheres buscando um atendimento mais eficaz.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ⁸⁹, a rede de proteção às mulheres busca a otimização do atendimento às mulheres, sendo estas atendidas por pessoas qualificadas e por centros de referências especializados, que estão interligados entre si para que melhor seja o atendimento à mulher, onde está encontra-se em uma situação delicada e fragilizada. Conforme o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Rede estará arraigada a diversos órgãos e instituições governamentais ou não, como um todo, por exemplo: as DEAMs, que dará um suporte de prevenção, investigação, apuração, e na solicitação de medidas protetivas de urgência, (CRAMs) Centro de Referência de Atendimento à

Mulher, que fornecerá assistência médica, psicológica em espaços de acolhimento específico e assistência judiciária.

Contará também com “Casas de Abrigo” que proporciona abrigo, assessoria psicossocial e jurídica às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar caso necessário, proporciona também equipes multidisciplinar especializada, e a inclusão em programas de desenvolvimento social às famílias com o escopo de promover uma boa convivência familiar, dentre outros programas sociais que compõem a Rede de Proteção às mulheres, sempre visando diminuir o danos psicológicos causados pelas agressões ⁹⁰.

4.3.6 GRUPOS REFLEXIVOS

Um importante mecanismo de combate a violência doméstica e familiar foi a criação da lei 13.984/2020. Que alterou o artigo 22 da lei 11.3401/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que amplia a aplicação das medidas protetivas de urgência, trazendo a possibilidade de obrigar homens agressores a participarem de Grupos Reflexivos de caráter ressocializador, conforme o artigo 22 parágrafo 2, incisos VI e VII a seguir: “VI – comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação”; e “VII – acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio”. Médias essa de suma importância na prevenção da reincidência do agressor frente a vítima, onde busca-se a conscientização e recuperação de homens que já cometeram algum tipo de violência doméstica ⁹¹.

Destarte, se a autoridade judiciária aplicar a Lei Maria da Penha, que não traz em seu bojo apenas o caráter punitivo, mas também de combater a violência, a nova lei que amplia a aplicação das medidas protetivas não tem o objetivo de atenuar pena, mas sim de evitar futuras agressões, tornando-a em uma grande aliada a erradicação da violência doméstica.

4.3.7 FORMULÁRIO NACIONAL DE RISCO E PROTEÇÃO À VIDA. (FRIDA)

Outro mecanismo de suma eficiência no enfrentamento ao combate à violência doméstica e familiar, é de iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que criou um formulário padronizado a ser respondido pela vítima, que tem por finalidade a identificação do grau de risco em que a vítima encontra se, de acordo com o Conselho nacional do Ministério Público (CNMP) o formulário é uma ferramenta bastante precisa capaz de identificar o grau de risco da vítima através de uma série de perguntas por ela respondidas, que servem de embasamento para determinar as medidas de prevenção e como norte de aplicação das medidas

protetivas de urgência, a depender do caso concreto e sua gravidade ⁹². O Formulário FRIDA completo pode ser visto no Anexo 1 ao final do trabalho.

Ou seja, a vítima responderá um série de perguntas que serão avaliadas de acordo com a grau de risco que cada pergunta representa, tornando mais rápido o atendimento e o resultado da pesquisa que seguirá sempre um padrão, o formulário (FRIDA)⁹³ deverá ser feito sempre em primeiro contato com a vítima por profissional capacitado, seja da DEAM, Ministério Público ou por alguma equipe Multidisciplinar de Promotoria, Juizados ou Defensoria Pública, para averiguar o gravidade da situação e tomar as medidas de prevenção o mais rápido possível.

Contudo é importante lembrar que o Formulário "Frida" deverá ser preenchido pelo profissional durante o atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar, como ferramenta de apoio ao processo de validação do risco ⁹⁴. Como podemos ver o principal objetivo desse formulário é apoiar a implementação da Lei Maria da Penha, fundamentar pedidos de medidas protetivas e prevenir nos casos de feminicídio. Esse trabalho em rede pode aumentar substancialmente a efetividade dos atendimentos as mulheres em situação de perigo ou violência de maneira que retorne um resultado rápido através de 19 perguntas simples e direta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho acadêmico buscou uma análise aproximada sobre os mecanismos de otimização da aplicabilidade das medidas protetivas de urgência previstas na lei Maria da Penha. Durante a pesquisa, foram destacados os pontos que levaram a estabelecer o conceito da abordagem jurídica e social envolta dos processos evolutivos e históricos da criação da Lei Maria da Penha. Buscou-se estabelecer o nível de importância estagnada na necessidade de efetivação das medidas protetivas.

Por meio da exposição dos seguintes objetivos propostos, quais sejam, compreender os direitos internacionais e constitucionais da mulher no âmbito brasileiro, bem como apontar no âmbito penal as otimizações da aplicabilidade das medias protetivas de urgência

O presente trabalho traz uma abordagem dos direitos internacionais e nacionais da mulher, apontando desde os primeiros direitos positivados de maneira geral nos Direitos Humanos, bem como a primeira convenção internacional a versar de forma especifica no tocante ao combate a qualquer forma de discriminação contra as mulheres, dentre outras convenções internacionais criadas com o escopo de erradicar a violência de modo geral contra as mulheres.

Além do trabalho trazer uma abordagem jurídica no contexto internacional, traz ainda uma análise dos direitos das mulheres no âmbito nacional, mostrando os direitos positivados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, dentre outros positivados no código civil, penal etc. Para uma maior compreensão da dimensão dos direitos adquiridos ao longo do tempo pelas mulheres. Ou seja mostra a evolução histórica dos direitos das mulheres.

O trabalho traz também uma abordagem da criação da lei 11.340/2006, e suas barreiras encontradas para sua criação, barreiras estas encontradas tanto na sociedade contemporânea quanto no próprio judiciário, que tratava a violência doméstica como mera lesão corporal comum e muitas das vezes tendo como punição a pena de multa ou prestação de serviços comunitários, o trabalho relata ainda a luta incessante de Maria da Penha por justiça, que só veio a se concretizar quando a mesma procurou a corte suprema de Direitos Humanos, ao relatar as inúmeras agressões sofridas e a inércia do judiciário e falta de lei no que tange o combate a violência doméstica e familiar.

Assim como o Brasil é Estado membro da “Convenção sobre a eliminação de toda as formas de discriminação contra a mulher” o mesmo foi obrigado a julgar o caso, indenizar a vítima e a criar leis no tocante ao combate a violência contra a mulher, assim subsequentemente veio a criação da lei 11.340 em 2006, conhecida popularmente como lei Maria da Penha, devido a mesma ter sofrido várias agressões do marido e pela grande conquista de direitos com a criação da lei 11.340/2006, que vem modificando-se constantemente, principalmente na aplicabilidade das medidas protetivas de urgência, com o intuito garantir os direitos fundamentais das mulheres e atender suas necessidades, onde para garantir esses direitos tornou crime o descumprimento de medidas protetivas e também ampliou a legitimidade para conceder as mesmas.

De fato a decisão de criminalização do descumprimento das medidas protetivas de urgência e a ampliação da legitimidade das medidas protetivas de urgência não foram suficientes para o combate efetivo da violência contra mulher, visto que aplicação de tais normas estão vinculadas a grandes tramites legais, o que aumentava de maneira expressiva o tempo de resposta, sendo necessário a criação de Mecanismos de Otimização das medidas protetivas, tais mecanismos trouxeram em suas funções bases, a criação de órgão de proteção e fiscalização dos direitos da mulher vítima de violência, políticas públicas de proteção à mulher e principalmente os mecanismos utilizados para otimização da aplicação das medidas protetivas, sendo essa uma ferramenta de resposta imediata e em sua maioria acionada diretamente pela vítima.

Por fim, ao falar de otimização das medidas protetivas, no presente Trabalho foram analisadas as mudanças legislativas dos direitos das mulheres, nacionalmente, destacando-se com ênfase o texto que se infere sobre as mulheres na visão da Constituição da República do Brasil e o desenvolvimento da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) para tornar uma igualdade mais justa entre homens e mulheres. Ou seja, todo esse processo para propiciar uma maior compreensão da fundamentação por trás das otimizações da Medidas Protetivas de Urgência para garantir os direitos fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Assim, pode-se entender como mecanismos de otimização das medidas protetivas de urgência, todo mecanismo auxiliar que tem por finalidade assegurar a concretização das medidas protetivas, sejam estes de caráter de ressocialização, como também punitivo, os mecanismos de otimização tem sido atualmente uma grande aliado ao combate e prevenção a violência doméstica e familiar, porém, apesar da lei Maria da Penha ser umas das melhores leis do mundo como aponta a ONU, e a lei contar com vários mecanismos auxiliares tais como: “a Patrulha Maria da Penha”, “uso da tornozeleira Eletrônica”, “Grupos Reflexivos”, a “Rede de proteção as Mulheres”, o “Botão do Pânico”, “aplicativo”, “DEAMs”, e o “Formulário digital”, muito ainda a de fazer para a erradicação da violência doméstica e familiar, por encontrar barreiras tanto na sociedade quanto no judiciário por ainda estar atrelado a cultura machista ancestral.

Nota-se se que os órgãos de proteção as mulheres e os mecanismos de otimização das medidas protetivas de urgência têm muita importância no combate a violência, porém outro fator de grande relevância para a proteção dos direitos da mulher são as políticas públicas de proteção a mulher, que são os meios que os Estados tomam para tentar amenizar a violência contra as mulheres e conscientizar a população, seja por meio de palestras em escolas, uso da mídia e criação de leis, seja para o próprio agressor com um intuito de prevenção ou de caráter ressocializador, como também de empoderamento das Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Observa-se que os mecanismos utilizados para otimização da aplicação das medidas protetivas, estão atrelados a análise de eficiência da lei 11.340/2006, perante a possibilidade de uso imediato e direto pela vítima, tornando possível a resposta rápida do sistema judicial, tendo em vista a necessidade clara de uma resposta rápida, dado o fato de que o aumento no tempo pode acarretar em morte ou graves danos a vítima.

Em virtude dos fatos mencionados, pode-se entender então que o simples desenvolvimento da lei 11.340/2006, apesar de ter trazido de maneira clara a base judicial envolta da criminalização de atos

violência contra a mulher, não seria eficiente sem o uso das medidas protetivas de urgências e as mesmas não teriam a mesma eficácia sem o uso dos mecanismos de otimização.

Enfim, conclui-se que apesar da lei contar com vários amparos legais para sua efetividade, ainda existe resistência por parte da vítima e por parte da sociedade, que muitas das vezes se mantêm inertes frente a uma violência doméstica, umas das maneiras de solucionar esse problema é por meios de palestras e campanhas públicas de empoderamento da mulher em denunciar a agressão, ou por meio de políticas públicas e movimentos sociais de modo a conscientizar crianças e adolescentes a não violência doméstica e familiar, outro meio para a quebra desse paradigma cultural machista frente às violências contra a mulher, seria uma melhor atuação jurisdicional e uma melhor capacitação das pessoas frente aos órgãos de proteção à mulher.

REFERÊNCIA

⁹³ARAUJO, Valter Shuenquener. FORMULÁRIO NACIONAL DE RISCO E PROTEÇÃO À VIDA. (FRIDA). 2019. DISPONÍVEL EM:

https://www.cnmp.mp.br/portal/images/noticias/2019/maio/Proposta_de_kit.REV.pdf. Acesso em: 19 de outubro de 2010.

^{6,8,9,10,11,12,13}BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 de junho de 2020.

^{14,15}BRASIL. Código Civil Brasileiro lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

^{48,49,50}BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. CÓDIGO PENAL. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 29 de maio de 2020

^{45,46,47,56,58,62,63,64,66,82,83,84,85,88}BRASIL, Lei Nº 11.340, De 7 De Agosto De 2006 (Maria Da Penha). Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm>. Acesso em: 29 de maio de 2020.

^{74,75}CARNEIRO, Alessandra Acosta; Fraga, Cristina Kologeski. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. Serv. Soc. Soc. no.110 São Paulo Apr./June 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200008>. Acesso em: 25 de setembro de 2020.

^{34,68}CAMPOS, Amini Haddad; CORRÊA, Lindalva Rodrigues. Direitos Humanos das Mulheres. Curitiba: Juruá, 2007.

^{86,87}COMISSÃO DE DIREITOS HUMANO. CDH aprova monitoramento eletrônico de medidas protetivas da Lei Maria da Penha. Fonte: Agência Senado. 2020. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/12/cdh-aprova-monitoramento-eletronico-de-medidas-protetivas-da-lei-mariadapenha?utm_source=Facebook&utm_medium=MidiasSociaisSenado>. Acesso em: 03 julho 2020.

^{57,67,88,89}CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Lei Maria Da Penha. Brasília, DF: CNJ, 2011d. Disponível em:

<<http://www.tjmmg.jus.br/institucional/129-campanha-cnj-lei-maria-da-penha/1854-lei-maria-da->>. Acesso em: 02 out. 2015.

^{60,65}CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA- Medida Protetiva lei nº 13.827, de 13 de maio de 2019, Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13827.htm> Acesso 12 out 2020

⁶¹DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. Artigo 22 da Lei nº 11.340 de 07 de Agosto de 2006 Disponível em <http://www.pcdlegal.com.br/leimariadapenha/capitulo-ii-das-medidas-protetivas-de-urgencia/?versao=dvisual>. Acesso em 12 out 2020.

²⁵DECRETO Nº 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm>. Acesso em: 29 de maio de 2020.

^{2,3,19}DECRETO Nº 4.377, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

^{39,40,41,43}DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da lei 11.340/06 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

^{51,52,54,55}DIAS, Maria Berenice. Lei Maria da Penha: A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

^{17,18,20,21,22}DUDH, Declaração Universal dos Direitos Humanos. Artigo 2: Liberdade de viver sem discriminação. 1948. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/artigo-2-liberdade-de-viver-sem-discriminacao>

/#:~:text=O%20Artigo%20%20estabelece%20que,nascimento%20ou%20qualquer%20outra%20condi%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9D>. Acesso em: 6 de agosto. 2020.

^{1,59,73}ESPINOLA, Caroline Cavalcante. Dos Direitos Humanos das Mulheres à Efetividade da Lei Maria da Penha. 1. Ed. ver. Curitiba: Appris, 2018. p. 12.

⁴⁴Marisa (coord.). Curso de Capacitação em Violência Doméstica e de Gênero contra a mulher para Técnicos Integrantes da Rede de Apoio à Mulher da Baixada Fluminense. 2000.

⁵³GÓMEZ, A. M. Síndrome de adaptación paradójica a al violencia doméstica: una propuesta teórica. Clínica y Salud, Madrid, v. 12, n.1, p. 371-397, 2001.

^{36,37,38,70,80}LAQUEUR, Thomas Walter. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Trad. Vera Whately.

1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (MARIA DA PENHA). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm>. Acesso em: 29 de maio de 2020.

^{42,92,94}MENEGHEL, Stela Nazareth. Relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência. Porto Alegre, 2012. Disponível em: < <https://www.scielo.org/article/csp/1998.v14n2/327-335/>>. Acesso em: 29 de maio de 2020.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Disponível em:

<<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

⁴PINHEIRO, Ana Laura Lobato. Direitos Humanos das Mulheres. 1. Ed. IPEA, 2018. p. 3. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190327_tema_i_direitos_humanos_das_mulheres.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2020

PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humano. 5. ed. – São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em:

<<https://wp.ufpel.edu.br/ppgd/files/2019/08/FI%C3%A1via-Piovesan-Temas-de-direitos-humanos-cap.-12-a-16.pdf>>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

^{26,27,29,30,31,71,77,78}PENHA, Maria da. Sobrevivi... posso contar. 2. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

⁶⁹PORTARIA Nº 586, DE 1º DE JUNHO DE 2016. Gabinete Do Ministro DOU de 02/06/2016. nº 104, Seção 1, pág. 41). Disponível em:

<http://www.lex.com.br/legis_27146387_PORTARIA_N_586_DE_1_DE_JUNHO_DE_2016.aspx>. Acesso em: 03 outubro 2020.

¹⁶REZEK, Francisco. Curso de Direito Internacional Público. 15ª Ed, 2014, São Paulo, Saraiva, 2014.

^{32,33,35}SAFFIOTI, Heleieth I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo Perspec. vol.13 nº.4 São Paulo Oct./Dec. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88391999000400009&script=sci_arttext>. Acesso em: 29 de maio de 2020.

⁷⁹SECRETARIA DE SEGURANÇA DE SÃO PAULO. Patrulha Maria da Penha, a guardiã das vítimas de violência doméstica. Disponível em em < <https://www.seguranca.go.gov.br/destaques/patrulha-maria-da-penha-a-guardia-das-vitimas-de-violencia-domestica.html> >acesso em 2 out 2020

⁵SARLET, Ingo Wolfgang; A eficácia dos direitos fundamentais. 2. ED. São Paulo: Saraiva, 2010.

⁷SILVA, Carolina Dias Martins da Rosa. Igualdade formal x igualdade material: a busca pela efetivação da isonomia. 1. Ed. 2017. Disponível em:

<<http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/48550/igualdade-formal-x-igualdade-material-a-busca-pela-efetivacao-da-isonomia>>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

^{23,24,72}TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. O greening no sistema interamericano de direitos humanos. Curitiba: Juruá, 2010, p.654.

TJ-GO-Coordenadoria da Mulher planeja Semana Justiça pela Paz em Casa-Disponível em <https://www.tjgo.jus.br/index.php/institucional/centro-de-comunicacao-social/157-coordenadoria-da-mulher> Acesso em 15 out 2020.

⁸¹TRIBUNA DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS. Informe Técnico nº 01/2020 Contra Violência Doméstica Durante Pandemia. 2020. Disponível em:

< https://www.tjgo.jus.br/images/docs/CCS/informe_tecnico.pdf >. Acesso em: 03 maio 2020.

Walker, L.E. (1979). The battered woman. New York: Harper and Row.